




ANDREONE MEDRADO



O amor
nunca
vem só

ANDREONE MEDRADO

**O amor
nunca
vem só**



 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Andreone Medrado, 2026
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026
Todos os direitos reservados.

Preparação: Mariana Gomes
Revisão: Queni Winters e Valquíria Matioli
Projeto gráfico: Sandra Fava
Diagramação: Renata Zucchini
Capa: Renata Spolidoro e Sandra Fava
Foto da autora: © FPS Produções

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Medrado, Andreone

O amor nunca vem só / Andreone Medrado. -- São Paulo :
Planeta do Brasil, 2026.
208 p. (Coleção Reticências)

Bibliografia

ISBN 978-85-422-4313-0

1. Amor — Aspectos psicológicos 2. Emoções 3. Psicologia social
I. Título II. Série

26-1721

CDD 152.41

Índice para catálogo sistemático:

1. Amor — Aspectos psicológicos

Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo
e outras fontes controladas

2026

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Av. Paulista, 854, 2º andar – Bela Vista

São Paulo – SP – CEP 01310-913

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Sumário

As emoções se fazem na história	14
Entre o amor e o pertencimento	38
O amor não existe como dizem	66
Nomear as coisas até que elas existam	112
Tecer em bando a própria teia dos afetos	154
Glossário	177
Referências	199



Durante a minha formação como pessoa, seguindo os regimentos sociais que faziam parte da minha vida, eu era uma pessoa que muitas chamariam de otimista. Eu estava sempre sorrindo e acreditando que tudo ficaria bem. Sorrir era uma marca muito minha, e eu acreditava sempre no “copo meio cheio”.

Me lembro de quando eu era uma criança/adolescente que gostava de ficar inventando coisas. Meu pai tinha uma loja de materiais de elétrica, e eu e meu irmão mais velho adorávamos pegar esses materiais (escondidos) e montar maquetes de cidades. Fazíamos cidades com ruas sinalizadas, com carros e casas coloridas, e com praças verdes – e ainda colocando iluminação nelas. Nossas cidades eram bem bonitas e iluminadas. A gente fazia isso enquanto comia pão com mortadela e meu pai negociava com o proprietário da loja o aluguel do mês atrasado.

O tempo passou e a insegurança financeira inseriu uma espécie de gérmen

– que, mais tarde, se ramificaria também em insegurança afetiva. Aprendemos, dia após dia, a ter que adivinhar o que seria da manhã seguinte. (Dadas as devidas proporções, “vender o almoço para comprar a janta” é o que talvez mais tarde se tornaria “vender a imagem para comprar a presença”.)

Aqueles doces prazeres otimistas e infantis de apenas *ser* e de apenas *criar* foram substituídos pela necessidade de *sobreviver*. E isso, (in)felizmente, aprendemos com muita sofisticação. É tão triste ver chegar à chamada “vida adulta” e, por diversas razões, perder esses prazeres que antes eram tão bons e ingenuamente necessários. Era tão bom poder criar um mundo em que, num momento de suspensão da crua realidade, existíamos como deusas de nós mesmas. Por que a *adultice* precisa arrancar isso tudo de nós num golpe desesperado?

Por anos, já adulta e antes de adentrar a vivência acadêmica, passei a montar

aquários – e trabalhei com isso por muitos anos. Neles, eu punha miniecosistemas, minimundos, desenhados por mim... e eu amava aquilo. Mas também precisei abandonar essas criações.

Para além das maquetes e dos aquários, sempre fui muito solitária; quase ninguém topava minhas “loucurinhas criativas”. (E lembro agora de ter lido em algum lugar: “loucos são muito criativos”.)

De alguma maneira silenciosa e delicadamente brutal, eu fui aprendendo a criar um mundo para habitar, como uma fantasiosa segurança de que ali – ao menos ali e ao menos uma vez – estaria segura e amada. Mesmo que tudo me fosse tirado, eventualmente e sem aviso prévio.

O tempo passou, muita coisa aconteceu e, por diversos atravessamentos, tive contato com outras formas de pensar e criar a vida. Na maior parte de minha existência eu pensava a partir das formas e dos signos religiosos cristãos; até os 27 ou 28 anos, aprendi a pensar e a

viver de acordo com o que a igreja evangélica – mais especificamente a Congregação Cristã no Brasil, a igreja cinza, do véu – me ensinava. (E confesso que me considerava uma pessoa bem crente.) Foi apenas quando eu saí da igreja que comecei a pensar com outras ferramentas e que aprendi a ter outras nomeações para as minhas angústias.

Embora em todo esse período na igreja eu não tivesse me nomeado uma pessoa *negra*, assim, nesses termos, também nunca achei que eu fosse uma pessoa branca; isso nem sequer era uma dúvida, e o mundo também nunca me deixou duvidar. Como Neusa Santos Souza nos convida a pensar: não nascemos negras, tornamo-nos.

Foi só depois de sair da igreja que me tornei, me descobri: atea, vegana, bissexual, não monogâmica, travesti; e, acima de tudo, tornei-me negra. Perceber-me negra não alterou apenas como eu via e sentia o mundo, mas alterou como o mundo me autorizava afetar e ser afetada.

Nesse momento, com as novas descobertas e com os novos modos de perceber a minha subjetivação, eu fui retirando, um a um, os assoalhos que constituíam o meu caminho; retirei o meu chão e, na pressa por caminhar por novos trajetos, removi tudo o que antes me dava sentido.

Começo a cair em “queda livre”. Vivi os anos seguintes com angústias que careciam de muitos nomes – e quiçá a religião tentava supri-las, anestésicamente.

Me nomear um corpo negro e trans – e entender o que é ser e estar assim no Brasil – alterou tudo o que já acreditei ser a vida, o amor e os desejos: mudou o modo como o mundo me afetava e mudou minha percepção sobre o próprio afeto.

Penso que talvez seja por isso que, inconscientemente, muitas pessoas não brancas se seduzem pela brancura, pois ela é capaz de anestésiar a dor em nossa carne enquanto a ferida na pele necrosa.

E eu comecei a sentir essa necrose, e chegou a doer tanto que eu quis interromper a dor e a vida. Em 2022, tentei o suicídio – e para o bem ou para o mal, não “funcionou”. Para minha surpresa, quando recobrei a consciência, tornei-me ainda mais negra, ainda mais atea, ainda mais trans.

Se por muito tempo eu percebi que o racismo e a transfobia prometiam insistentemente que as nossas vidas não seriam longas – e a sociedade faz questão de consagrar essas promessas –, como ato de recusa eu passei a falar e a exigir o contrário disso. Com ainda mais afinco, passei a fazer proposições desobedientes, a pensar com as experiências, a escrever coisas que nos dão outras formas de vida.

E, apesar de ainda sentir muita raiva do mundo ocidentalizado e de ter em mim um enorme inconformismo com as injustiças sociais, eu ainda falo afetivamente sobre tudo isso – e o faço com uma risada no rosto.

Então, eu afirmo que aquela criança ainda está sorrindo aqui, mas com um pouquinho mais de seriedade e cautela (e talvez com menos otimismo do que antes).

Se eu ria porque era otimista, hoje eu dou uma risada desobediente para seguir outros caminhos.

• • •

Em geral, *amor* é uma daquelas palavras que quase ninguém define com precisão, mas todo mundo acaba descobrindo o que significa. Basta você perguntar a qualquer pessoa se ela ama ou é amada: ninguém vai precisar teorizar sobre a história do amor para saber responder.

Apesar disso, eu digo: o amor não existe. Mas não digo isso como uma negação da existência ou da experiência amorosa. É mais uma recusa de colocar o amor nesse lugar naturalizado, essencializado, de algo que nasce com as pessoas.

É quase como recusar a noção popular de que o amor está no DNA.

E não é que o amor não existe como algo que circula socialmente, porque, se todo mundo já ouviu falar sobre ele, então ele é, de alguma forma, existente. Mas não como uma unidade ou uma entidade universal, quiçá como um discurso. Não existe amor do mesmo jeito em todos os lugares, nem para todas as pessoas, nem para todos os gêneros, assim como ele não é sentido da mesma forma sempre. O amor não existe fora de sua história social.

Os regimes psicopolíticos nomeiam as emoções, que afetam o que chamamos de amor.¹ Se queremos compreender o amor para além dele mesmo, considero que seja no mínimo necessário removê-lo desse lugar essencializado, purificado, benéfico e indispensável em que foi historicamente posicionado. E aqui cabem dois adendos: um, quando eu falar de “amor”, estarei me referindo

1 Por “regimes psicopolíticos”, me refiro às formas de poder que operam não apenas sobre o corpo, mas sobretudo sobre a mente, os afetos e os modos de desejar. São dinâmicas que moldam subjetividades, orientam condutas e capturam a liberdade sob a aparência de escolha e autonomia.

à perspectiva construída no Ocidente, pois poderíamos falar a partir de perspectivas indígenas, africanas, asiáticas e de muitas outras elaborações; e dois, que aqui o “amor” estará inserido no campo das emoções (e não como uma dívida que nasce conosco).

Assim, se quisermos pensar um campo para estudos das emoções, temos, entre outros – e além da minha área, que é a Psicologia –, a Antropologia. E podemos fazer isso a partir de pessoas como Marcel Mauss, que pensou a cultura e as relações, e Alfred Radcliffe-Brown, que pensava sobre cultura e as emoções, mais especificamente as estruturas sociais no campo do funcionalismo (ou seja, qual é a “função” que cada emoção exerce dentro de um sistema social); Ruth Benedict, que estudou a inimigade e as relações de poder no Japão, e Margaret Mead, estudiosa de gênero e sexualidade ao redor do mundo; e Clifford Geertz, que propõe a cultura como um sistema

de significados que orienta a vida social e humana.²

Mas até aqui estamos falando de pessoas que estudaram as emoções, como elas são interpretadas, recebidas ou percebidas socialmente, no grande campo das ciências sociais e antropológicas.

Isso porque até os anos 1980, como apontam as pesquisadoras Ceres Víctora e Maria Claudia Coelho, não existia um campo específico que conectasse nitidamente “antropologia” e emoções”.³ Foi quando três pesquisadoras estadunidenses – Lila Abu-Lughod, Catherine Lutz e Michelle Rosaldo – propuseram alguns trabalhos que consolidaram essa área específica como o que hoje nomeamos de “antropologia das emoções”.⁴

Sim, já existiam áreas da Biologia – como etologia, psicologia experimental e psicologia evolucionista – que estudavam comportamentos, emoções e até a seleção e sua transmissão ao longo do tempo, a partir de uma perspectiva bioquímica e

2 Para se aprofundar nesses temas e pensadores, indico a leitura de: *A expressão obrigatória dos sentimentos*, de Marcel Mauss; *O crisântemo e a espada*, de Ruth Benedict; *Sexo e temperamento*, de Margaret Mead; e *A interpretação das culturas*, de Clifford Geertz.

3 Para saber mais sobre o assunto, você pode dar uma conferida no artigo das autoras, “A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão”.

4 Vale destacar aqui que as autoras que citei apresentaram esse campo com uma inovação que, particularmente, me agrada muito: a de deslocar a emoção desse lugar essencializado, biológico e “inato”, e posicioná-la na história dos discursos.

5 Os estudos foram publicados no livro *Language and the politics of emotion* [Linguagem e políticas das emoções], de 1990.

evolutiva, mas foi só com os estudos sobre emoção e interação social de Abu-Lughod e Lutz que se passou a discorrer sobre como pensar a emoção a partir de uma noção *contextualista*.⁵

Ou seja, com forte base nas ideias de *discurso* de Michel Foucault, sugere-se que as emoções não possuem uma essência nem são essências, assim como não possuem uma história pré-discursiva, e sim participam do contexto social onde são criadas. É como uma “fala que forma aquilo sobre o que fala”.

O objeto do discurso deixa de ser apenas uma palavra enunciada e passa a informar sobre o que se está sendo falado, e esse ato de falar produz novos atos. Nesse sentido, por exemplo, falar de amor não é apenas declamar o amor, é também dizer como esse amor pode ser amado.

Podemos, então, em vez de considerar como objeto de análise apenas aquilo que “todo mundo ama naturalmente”, passar a nos questionar sobre

por que as pessoas amam. Mais que isso, passamos a poder pensar em *por que* as pessoas amam como amam aquilo que elas amam.

Dito de outra maneira, nessa abordagem as emoções deixam de ser pensadas e estudadas como meras portadoras de qualquer fundamento universal ou transcultural. Há uma recusa sobretudo da ideia de que emoções sejam parte da essência do ser, ainda que dentro de uma certa flexibilidade ou de certos contextos. Então, as emoções passam a ser compreendidas como fenômenos discursivos, produzidos em contextos específicos, dentro de uma cena na história, portanto inseparáveis dos regimes de sentido que as tornam inteligíveis.

É a partir desse deslocamento do individual-exclusivo para o social-contextual que se pode compreender que as emoções, entre elas o amor, operam em uma dimensão micro e macropolítica. As emoções não apenas expressam

estados internos, mas participam ativamente da produção e da reorganização das relações de poder – bem como são por elas afetadas.

Ao circularem socialmente e ao serem nomeadas e/ou silenciadas, as emoções podem intensificar, sustentar e tensionar hierarquias, disputas de legitimidade e posições de status entre sujeitas. Assim, nesse debate, à articulação já feita entre o quesito *gênero* e *controle* das emoções, soma-se uma terceira camada de análise: o *poder*. Poder não como plano de fundo abstrato, mas como força operante que atravessa, constitui e regula os próprios modos de sentir, nomear e reconhecer as emoções.

Se repararmos bem, em contextos sociais de crises e catástrofes, quem melhor mobilizar a confiança dos indivíduos tenderá a ocupar o lugar de referência, segurança e poder. As emoções, entre elas o amor, podem ser ferramentas de conquista.

A partir daqui, podemos, então, começar a olhar várias outras vertentes. Atualmente, temos David Le Breton e sua obra *Antropologia das emoções*; no Brasil, as já citadas pesquisadoras Ceres Víctora, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Maria Cláudia Coelho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), com seu texto, muito importante, com o mesmo nome: “A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão” – ou seja, o cenário brasileiro também já tem um campo forte de estudo sobre como as emoções funcionam.

Assim, ao ser inserido no hall das emoções, o amor perde seu posto de algo sagrado. E, embora ainda hoje vejamos, sim, um forte contexto religioso (cristão) colocando-o como uma dádiva, vemos também muitas outras ações feitas em nome de um amor que nos faz questionar que amor é esse. E, para trazer um tom ainda mais crítico aqui, cabe à gente

se perguntar: o que muda em nossa vida a partir dos estudos sobre a antropologia das emoções? E o que muda se deixarmos de tratar o amor como algo sagrado?

Bem, cada época e cada contexto, a partir de discursos, repetições e manutenções, dá significados para o que chamamos de amor. Disso emergem questionamentos honestos, como: quem pode amar? Quem e o que pode ser amado? Em quais termos esse amor pode ser vivido? Para quais corpos e sexualidades ele é permitido? Quais as garantias, com que punição, repressão, controle, vigilância e com que recompensa esse amor pode acontecer?

Então, para mim, tratar o amor como uma construção histórica não enfraquece a discussão. E, embora isso possa frustrar muita gente, especialmente as últimas românticas do mundo, eu acredito que pensar o amor como algo histórico pode nos ajudar, inclusive a compreender as relações sociais com mais sinceridade.

Talvez torne o amor algo mais friozinho? Sim, e aí o coração deixa de ser aquele vermelho fogo e ganha uma outra cor. Mas é a partir daí também que o amor passa a assumir novos significados e novas formas de *des*-fazimento.

O amor foi historicamente significado, recebeu signos e nomes como algo que o posicionou na função de uma “ligação”. Frequentemente associado a um modo de pertencimento, um pacto. A noção de *humanidade*, em si, é muito baseada na noção de amor, um amor necessariamente benevolente. E é quando olhamos para a história do Ocidente, principalmente depois das grandes invasões europeias nas atuais Américas, as quais vêm junto com o projeto colonialista de civilização e de catequização, que percebemos a necessidade de algo que representasse o amor.

Não adiantaria ter um signo que circulasse socialmente se não fosse possível, a partir de um “objeto coletivo”

– palpável ou não –, representar sua importância e imagem. E as representações e os significados da imagem e dos sentimentos sobre o amor geralmente orbitam, entre outras representações, em torno de *Deus* e da *fé*, ao redor dos quais também orbitarão outros significados e representações, como o que se convencionou chamar de família e também do que chamamos de relações afetivas, sobretudo as afetivo-sexuais.

Ou seja, são instituições, são todas as imagens ou representações que dão um sentido assimilável (inteligível) ao amor. É como dizer que “tem que amar porque Deus assim exige e porque Deus é amor”. Acontece que nessa significação o amor, que está sempre acompanhado, vem como algo muito explícito: o *dever* de amar. Mas o que não é dito é que esse amor atua como prova dos vínculos, tanto sociais distantes como os mais íntimos. Nessa lógica, um amor que não pode ser provado, em geral, não tem muita validade, não é

tão levado a sério. Daí surge uma coisa que pode parecer contraintuitiva, mas está implícita dentro desse significado ocidental de amor: o amor, por ser ultrapositivado, também é negativador.

Apesar de o amor estar mais vinculado a cenas que se sobrepõem ao cuidado, ao carinho e à proteção, dificilmente alguém dirá que não há amor a partir de uma cena trágica, ou de sofrimento, que envolva algum grau de renúncia, sacrifício ou demonstração de desejo pelo vínculo. Assim como, independentemente da cena em questão, se ela fala de amor, se torna, apenas por isso, positiva – e por vezes até heroica e exemplar. Amar é sinônimo de possuir, em maior ou menor grau, uma qualidade positiva. (Há, inclusive, quem diga que os maus e os hostis não amam).

Então, não é ousado dizer que, ao mesmo tempo que o amor é ultrapositivado (e, portanto, positivador), ele também é proporcionalmente negativador.

Se o amor torna uma pessoa boa, não tê-lo a torna proporcionalmente má. Então a equação fica mais ou menos assim: se eu amo o que você ama, eu sou uma pessoa boa; se eu odeio o seu amor, sou uma pessoa má. A equação não é apenas *amar* ou *não amar*, mas *amar do modo socialmente correto*: se eu amo o que você ama – e, sobretudo, *como* você ama –, serei reconhecida como uma “boa pessoa”. Porém, se eu recuso esse modo de amar, ou os valores sociais que sustentam esse amor, passo a ocupar um lugar de inadequação, quando não de rejeição.

Por exemplo, alguém pode até me dizer, no sigilo e na penumbra das relações sociais, que me ama e que me deseja como eu sou; que o fato de eu ser uma travesti não é um problema entre a gente – nesse enquadramento, eu poderia até reconhecer nesse alguém uma certa dose de bondade.

Mas esse mesmo amor, quando só pode existir como segredo, já revela em

si seus próprios limites: ele depende de um regime maior, social (do grupo), que não me reconhece plenamente.

Logo, quando eu recuso esse amor escondido – não por uma ausência de desejo, mas por recusar os termos que o tornam possível ser vivido apenas às escondidas –, algo se desloca. Deixo de ser aquela pessoa outrora amável e me torno aquela que “não sabe amar”, que “não aceita o amor corajoso”, que “torna tudo difícil”. Ou seja, o ponto crítico não é a existência de desejo, mas o quanto o significado de amor modula essas dimensões.

E é aí que o *amor classificatório* se revela: ele nomeia o que e quem é bom e o que a partir disso deve e pode ser vivido – ao mesmo tempo que delimita aquilo que será percebido e nomeado como falha, excesso ou desvio. Então, qual amor pode existir dentro da gramática social que vivemos?

Para além dessa dimensão mais proximal, podemos pensar alguns exemplos

ao longo da história, quer recebam ou não o nome de amor, como é o caso do amor à pátria e à nação, que frequentemente é chamado de patriotismo e nacionalismo. Esse amor à pátria traz, entre muitas outras coisas, uma mobilização – e isso é muito bem documentado – de massas, de pessoas, geralmente de forma muito violenta, em nome do pertencimento e dos valores mais gerais do grupo social.



“Transformar o afeto não é acessar uma essência, mas intervir nos circuitos que o produzem e o modulam; é ressignificá-lo, esvaziar alguns signos, inserir outros, reinscrevê-los, fazer circular outros sentidos...”